



26 de fevereiro de 2019

A unidade grevista dos trabalhadores municipais com a classe operária

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Construir imediatamente a greve geral contra a reforma da previdência! É preciso romper com o isolamento da greve dos trabalhadores municipais de São Paulo com a construção da greve geral! Exigir que as centrais sindicais convoquem a classe operária para uma luta unificada com o funcionalismo público! Por um comando geral unificado, que organize a planfletagem na porta das fábricas! Diante dos ataques de covas, é necessário avançar na radicalização da greve! Pela revogação imediata do confisco salarial e da Sampaprev

A aliança da burguesia e seus governos contra os trabalhadores

Só após a divulgação do projeto de reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes é que Bruno Covas/PSDB se encorajou, diante de uma greve massiva, para responder as reivindicações dos trabalhadores do município em greve desde o dia 04/02. Não há nenhuma surpresa em seu pronunciamento! Demonstra que burguesia e seus governos estão aliados na ofensiva pela retirada de direitos dos trabalhadores.

O primeiro item da proposta de Bruno Covas representa acima de tudo o compromisso com o governo federal, o que significa que só pretende rever a reforma municipal (Lei 17.020) a partir da reforma da previdência nacional, ou seja, faz uma clara ameaça de que o teor da reforma aqui em São Paulo pode ser piorado ainda mais com a aprovação da reforma federal.

No segundo item, responde a reivindicação salarial com a política de meritocracia atrelada ao cumprimento de metas, o que significa a quebra dos direitos coletivos, a mesma lógica que vem sendo aplicada na reforma trabalhista de Temer/MDB. Sabemos bem que esta política no funcionalismo municipal representará a quebra

de direitos que constam no plano de carreira (quinquênio, sexta parte, estabilidade, dentre outros). Um ataque brutal ao emprego, ao salário e aos direitos conquistados na luta.

O terceiro item atinge diretamente o direito de greve. Se vê obrigado a rever a determinação de falta injustificada, em função do direito constitucional de greve, que os impede de impor sanções disciplinares em meio ao movimento grevista, porém mantém o corte de ponto agora com a determinação de falta justificada.

Os demais itens reafirmam a continuidade da política de reajuste salarial apenas sobre o piso e a manutenção das mesas de enrolação, com o intuito de quebrar a resistência grevista.

Como podemos observar fica clara a intenção do prefeito de seguir atacando os servidores municipais, enquanto falseia uma abertura de negociação, que só ocorreu em função da força do movimento grevista e de um suposto fortalecimento com a reforma previdenciária nacional.

A unidade grevista dos trabalhadores municipais com a classe operária

Diante da ofensiva de conjunto da burguesia em atacar as conquistas trabalhistas e previdenciárias é preciso responder com a unidade grevista da classe operária e demais explorados.

Os servidores municipais de São Paulo deram um primeiro passo acertado com a construção de uma greve unificada do funcionalismo há 23 dias, apontando para os demais Estados e municípios que o único caminho para enfrentar a ofensiva dos governos e patrões é a luta coletiva.

Nessas três semanas de greve demonstrou muito disposição de luta, realizando comandos unificados para fechar escolas, UBSs, CRAS, CREAS, entre outros equipamentos que elevou o índice de adesão a greve, bloqueou as principais avenidas da cidade após assembleias massivas com mais de 80 mil trabalhadores e realizou intervenções nos bairros em busca de apoio da população.

Agora é preciso avançar com a unidade grevista para impor nossas reivindicações e quebrar a intransigência do governo. Está colocado como próximo passo desta greve a organização de comandos para ir até a porta das fábricas convocar os operários a paralisar a produção, cruzar os braços para por abaixo a reforma da previdência.

É preciso se contrapor ao imobilismo das centrais sindicais e sua política de “resistência democrática”, que significa se submeter ao calendário do parlamento, empregando a tática fracassada da pressão parlamentar, principal responsável pela aprovação do SAMPAPREV em dezembro de 2018. A vitória da greve no município de São Paulo depende da luta nacional!